

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2019-02-18

Deposited version:

Post-print

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Mélice, A. & Marat-Mendes, T. (2018). Formas urbanas contemporaneas: o caso das hortas urbanas nos municípios de Cascais e Lisboa. In PNUM 2018: A produção do território: formas, processos, desígnios. Porto

Further information on publisher's website:

<https://pnum.arq.up.pt/>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Mélice, A. & Marat-Mendes, T. (2018). Formas urbanas contemporaneas: o caso das hortas urbanas nos municípios de Cascais e Lisboa. In PNUM 2018: A produção do território: formas, processos, desígnios. Porto. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

Formas urbanas contemporâneas

O caso das hortas urbanas nos municípios de Cascais e Lisboa

Ana Mélice^{1*}, Teresa Marat-Mendes^{2**}

¹ *amcmd@iscte-iul.pt*, ² *teresa.mart-mendes@iscte-iul.pt*,

* *Instituto Universitário de Lisboa ISCTE-IUL, Lisboa, Portugal*

** *Instituto Universitário de Lisboa ISCTE-IUL, DINÁMLA'CET-IUL, Lisboa, Portugal*

Resumo

A associação da agricultura urbana a valores ecológicos e sociais contribuiu recentemente para um renovar do debate sobre que novas abordagens deverão os profissionais assumir no âmbito do planeamento destes espaços, em meio urbano. Também a crescente desconfiança social da produção alimentar a grande escala tem reposicionado a atenção para a questão das hortas urbanas. Contudo, apesar da profusão de estudos existentes, é notória a escassez de informação relativa à análise morfológica destes espaços, como também dos impactos deste tema no entendimento do espaço urbano.

O presente trabalho procura colmatar esta problemática, contribuindo com uma análise comparativa de casos de estudo de hortas urbanas identificadas na Região de Lisboa, em Lisboa e Cascais, aferindo eventuais contributos para uma análise crítica e morfológica destes espaços, no sentido de informar futuras propostas de desenho urbano.

O estudo de tipologias existentes, contribui assim para a identificação das soluções formais mais utilizadas e a preponderância que a questão do Lazer assume na sua definição. Finalmente, conclui-se que as Câmaras Municipais (CM) não estão a tirar partido da flexibilidade formal que a Agricultura Urbana (AU) permite, restringindo o seu uso.

Introdução

Apesar do grande destaque que tem sido atribuído, sobretudo na última década, ao sistema alimentar no âmbito do planeamento urbano, a inclusão do planeamento alimentar no âmbito do planeamento urbano não é assunto recente, tendo marcado a evolução da história urbana da humanidade (Vitiello & Brinkley, 2014) e o desenvolvimento das cidades e das suas sociedades, incluindo a do seu metabolismo (Fischer-Kowalski, 1998) e da sustentabilidade.

A identificação de espaços urbanos com impacto direto ou indireto no funcionamento do sistema alimentar constitui uma importante tarefa para o melhor entendimento dos espaços urbanos, e em especial para qualquer agente ou urbanista com interesse no planeamento urbano das cidades. Consequentemente, o estudo das formas urbanas destes respetivos espaços de hoje, permitirá um entendimento mais aprofundado do sistema alimentar contemporâneo, incluindo a sua dimensão espacial e formal.

Assim, destacamos a este respeito, a recente iniciativa europeia do Pacto de Milão que visa contribuir para a “ (...) coordenação interdepartamental e intersectorial ao nível municipal - incluindo no âmbito das Comunidades Intermunicipais - trabalhando a integração das questões da política alimentar urbana nas políticas, programas e iniciativas económicas, sociais e ambientais, tais como, o fornecimento e a distribuição alimentares, segurança social, nutrição, igualdade de género, produção alimentar, educação, segurança alimentar e a redução da perda e desperdício alimentares” (oikos, 2015).

Contudo, conforme também partilhado por autores de referência contemporâneos (Cabannes & Raposo, 2013; Marcus, 2017; Parham, 2015), a integração do sistema alimentar no planeamento urbano não se encontra, em nosso entender, suficientemente desenvolvida. Inibindo uma desejável apreensão e divulgação das formas urbanas que sustentam estes espaços enquanto áreas de AU, junto dos principais intervenientes do processo de planeamento, nomeadamente arquitetos e urbanistas.

Com o intuito de contribuir para o estudo das formas urbanas do sistema alimentar, o presente estudo focalizará a sua análise numa fase específica do sistema alimentar, i.é. a fase de produção. Assim, apresenta-se aqui uma análise comparativa das formas urbanas de espaços agrícolas de AU, identificadas em dois municípios da Área da Grande Lisboa, Cascais e Lisboa.

Estes municípios foram selecionados por integrarem a temática da AU nos objetivos principais dos seus Planos Diretores Municipais (PDM). Todavia, apesar da semelhança nos seus fins, os dois municípios identificam o seu espaço urbano de forma diferenciada, i.é através de diferentes qualificações de espaço (Lisboa é considerada completamente urbana enquanto que Cascais tem espaços rurais e urbanos). Consequentemente, têm diferentes iniciativas socioeconómicas e políticas para sustentar a gestão dos espaços agrícolas urbanos (Mélice, 2018). Assim sendo, considerou-se que um estudo comparativo de casos de estudo incluídos nestes dois municípios, com contextos diferenciados, poderia fornecer uma maior compreensão sobre as diferentes formas que a AU poderá tomar.

É objetivo deste artigo identificar as formas utilizadas nos casos de AU em ambos municípios em análise, nomeadamente no que respeita:

- 1) à estratégia municipal em que estes espaços se inserem;
- 2) à forma, dimensão e impacto visual dos espaços em análise;
- 3) às questões que põem em evidência: i) o lazer; ii) a produção; iii) a dimensão social; e iv) o controlo das CM sobre o desenho da AU e os seus impactos.

Assim, no sentido de responder a estes mesmos pontos, o presente artigo encontra-se estruturado em três partes. Cabe à primeira parte enunciar a metodologia seguida pela presente investigação; à segunda parte identificar os temas analisados; e à última e terceira parte destacar os principais resultados obtidos sobre a análise das formas de AU analisadas.

Metodologia

A metodologia seguida por este trabalho procurou abordar o estudo das formas de AU de um modo comparativo, através de uma análise gráfica e sistematizada. Pretendia-se que método de pesquisa utilizado, pudesse ser reproduzido em futuros casos de estudo em Portugal, mas também noutros países, de modo a permitir a criação de paralelos entre soluções utilizadas.

Mais do que perceber quais as soluções formais elegidas pelas CM em apreço, pretendia-se saber quais os motivos que nortearam as suas escolhas e os seus respetivos impactos. Assim, para cada uma das fases da investigação foram recolhidos dados a uma determinada escala territorial, no sentido de se obter uma visão abrangente sobre as soluções postas em prática.

A investigação inclui quatro fases, nomeadamente: 1) Identificação de situações de AU; 2) Sobreposição de situações de AU com estratégias municipais; 3) Recolha de informações à escala local sobre as situações de AU; 4) Determinação de casos de estudo; e 5) Análise por meios gráficos e mensuráveis de casos de estudo.

Identificação de situações de AU



Fig. 1: Localização de situações de AU nos municípios de Lisboa e Cascais.

Na primeira fase procedeu-se à identificação de todos os casos de AU ativos divulgados pelos municípios de Lisboa e Cascais (33 casos ativos de 40; 11 casos ativos em Lisboa e 22 em Cascais), nas suas respetivas páginas na internet, com o propósito de identificar a eventual existência de uma estratégia a nível municipal no que concerne a hortas urbanas. Assim, recorreu-se em primeiro lugar aos sites localizados na WEB, para as duas CM, no sentido de se obter uma lista de hortas existentes e a sua respetiva localização. Estes sites também providenciaram informações preciosas sobre os fundamentos teóricos e os objetivos destas intervenções de AU, bem como de outras soluções relativas a agricultura, que não de desenho urbano, nomeadamente de programas educativos ou de facilitação de contacto entre produtores e proprietários de terrenos (Câmara Municipal de Cascais, 2015; Câmara Municipal de Lisboa, 2018) [Fig. 1].

Sobreposição de situações de AU com estratégias municipais

Uma vez identificados todos os casos ativos procurou-se perceber a sua relevância a nível municipal. Neste sentido sobrepueram-se os locais identificados com Plantas de Ordenamento, constituintes dos PDM atualmente em vigor. Estudaram-se especificamente as plantas de Estrutura Ecológica e de Qualificação de Solos para perceber a categorização atribuída a estes locais específicos, e identificar qual a sua relevância a nível municipal.

Considerando que Lisboa é completamente urbana, conforme indicado no seu PDM (Câmara Municipal de Lisboa, 2012), as estratégias municipais são obrigatoriamente diferentes em comparação com as de Cascais, nomeadamente no que concerne à pormenorização da Estrutura Ecológica e à exclusão de espaços rurais na categorização dos diversos espaços do município.

Recolha de informações à escala local sobre as situações de AU

Na segunda fase procedeu-se à recolha de informação que pudesse revelar as principais características dos casos de AU identificados. Definiram-se os parâmetros necessários ao estabelecimento de uma análise comparativa de forma sistematizada, no sentido de se extrair as tipologias formais das soluções de AU em análise [Tabela 1].

A informação descrita nos parâmetros 'Nome', 'Tipo', 'Ano de construção', 'Morada', 'Interesse da população', 'Usos complementares' e 'N.º e área média de talhões' foi obtida através de informação disponível nos sites das CM e, em certos casos, através de artigos e publicações em jornais de bairro (Carvalho, n.d.) ou sites de empresas ou programas envolvidos com as iniciativas de AU das CM (Agência de Energia e Ambiente de Lisboa, n.d.; COST, 2012; EMAC - Empresa Municipal de Ambiente de Cascais, 2011).

A informação encontrada nos parâmetros 'Implantação na Estrutura Ecológica' e 'Qualificação de Solos' foi obtida a partir da sobreposição da localização dos casos estudados com as Plantas de Condicionantes dos PDM de Lisboa de 2012 e de Cascais de 2015.

Lista de Hortas Ativas	Nome
	Tipo
	Ano de construção
	Morada
	Implantação na Estrutura Ecológica
	Qualificação de Solos
	Interesse da população
	Usos complementares
	Implantação no meio urbano
	Implantação num equipamento maior
	Topografia
	Perceção visual
	Nº. e área média de talhões
	Desenho
	Tipologia

Tabela 1: Parâmetros utilizados para investigar as soluções de agricultura urbana criadas pelos municípios de Lisboa e Cascais.

Porém, a informação pertencente aos parâmetros ‘Implantação no meio urbano’, ‘Implantação num equipamento maior’, ‘Topografia’, ‘Perceção visual’, ‘Desenho’ e ‘Tipologia’ foi inferida através da análise de fotos aéreas e outras imagens disponíveis nas fontes já mencionadas.

É através do segundo conjunto de parâmetros que foi possível a identificação de três tipologias formais que compõem a gama de respostas utilizada pelos municípios. Respetivamente: i) a tipologia de ‘desenho ortogonal’, nos casos onde se utiliza uma malha retangular para compor os espaços hortícolas, talhões e caminhos incluídos; ii) a tipologia de ‘desenho adaptado ao terreno’, nos casos em que tanto os espaços agrícolas como os caminhos que lhes permitem o acesso adotam a forma do terreno em que se encontram; e, por último iii) a tipologia de ‘desenho de formas ovais e circulares’ para os casos em que estas, mais comuns em jardins românticos, são utilizadas.

Contudo, o modo como as tipologias se inserem no tecido urbano coloca um conjunto de questões que, dependendo do modo como cada solução as aborda, adquire maior ou menor relevância.

O primeiro conjunto de parâmetros colocou em evidência a questão do Lazer, da Produção e da Dimensão Social. Estas baseiam-se no modo como os casos se inserem, ou não, num equipamento de lazer e como se relacionam espacial e visualmente com os espaços e objetos em seu redor. Complementarmente, salientou-se a questão da Relação Visual, baseada no contacto visual que estas soluções têm com o tecido urbano e como este pode afetar o comportamento dos utilizadores destes espaços.

Contudo, é a comparação dos dois conjuntos de parâmetros que nos possibilita identificar uma última questão, nomeadamente o papel do Envolvimento das Câmaras na tomada de decisão das opções

formais destes espaços específicos de AU, e que ocorre quase sempre como solução de transformação de determinadas hortas urbanas, de origem espontânea, construídas e desenhadas previamente por particulares.

Determinação de casos de estudo

Foi a partir da disponibilização dos elementos atrás identificados, que a investigação prosseguiu para a sua terceira fase de análise. Esta correspondeu à realização de um conjunto de visitas aos locais identificados e na realização de entrevistas a usuários destes espaços. Apesar de se terem tido em conta as características específicas dos locais e as opiniões dos usuários, é possível que as conclusões retiradas durante esta fase, especialmente as referentes às sensações que cada caso nos transmite, tenham sido tingidas com noções pessoais. A natureza aproximada desta fase assim o exigia.

Os casos estudados foram escolhidos com base na sua abordagem às questões previamente mencionadas. Optou-se por escolher um conjunto variado, tanto nas suas tipologias como nas suas abordagens, de modo a se perceber, a nível de versatilidade, até onde as soluções dos municípios podiam chegar.

Todavia, informa-se que certas visitas serviram apenas para revelar que o caso em questão, por demasiado similar a outros estudados, mas com uma menor abrangência sobre as questões indicadas, não se adequava a uma análise mais detalhada.

Assim, selecionaram-se seis casos de estudo que correspondem a três casos em Lisboa e outros três em Cascais. Em Lisboa foram estudados os Parques Hortícolas do Jardim da Amnistia Internacional e da Quinta da Granja e as Eco-hortas de Boavista. Paralelamente, em Cascais estudaram-se as Hortas Comunitárias do Bairro da Adroana e da Marquesa do Cadaval e a Horta da Quinta do Pisão [Tabela 2].

Análise por meios gráficos e mensuráveis de casos de estudo

Por último, a partir da informação recolhida e analisada, sistematizaram-se graficamente as características formais de cada caso de estudo, no sentido de se expor claramente as diferentes soluções físicas de AU. Mais especificamente, compararam-se as suas tipologias, as suas escalas, as suas dimensões e os seus ambientes [Tabela 2, Fig. 2 e Tabela 3].

Finalmente, através da análise das diferenças entre as várias soluções de AU analisadas, e não das suas semelhanças, aferiu-se o nível de versatilidade e de compatibilidade das diferentes situações urbanas analisadas e respetivas questões sociais e económicas relacionadas.

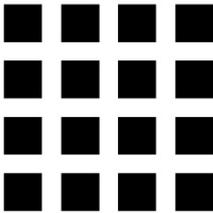
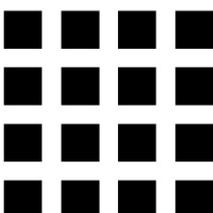
Nº. de legenda	Nome	Foto	Tipologia	Dimensões
1	Horta da Quinta do Pisão			Área Total = 554.903 m ² Área de espaço produtivo = 20.000 m ²
2	Parque Hortícola da Quinta da Granja			Área Total = 130.952 m ² Área de espaço produtivo = 11.002 m ²
3	Parque Hortícola do Jardim da Amnistia Internacional			Área Total = 29.909 m ² Área de espaço produtivo = 2.640 m ²
4	Horta Comunitária Marquesa do Cadaval			Área Total = 1.988 m ² Área de espaço produtivo = 180 m ²
5	Horta Comunitária do Bairro da Adroana			Área Total = 1.988 m ² Área de espaço produtivo = 180 m ²
6	Eco-hortas de Boavista			Área Total = 2.045 m ² Área de espaço produtivo = 990 m ²

Tabela 2: Comparação de formas e dimensões de casos de estudo

Legenda de Tipologias



Desenho ortogonal



Desenho adaptado ao terreno



Desenho de formas ovais e circulares

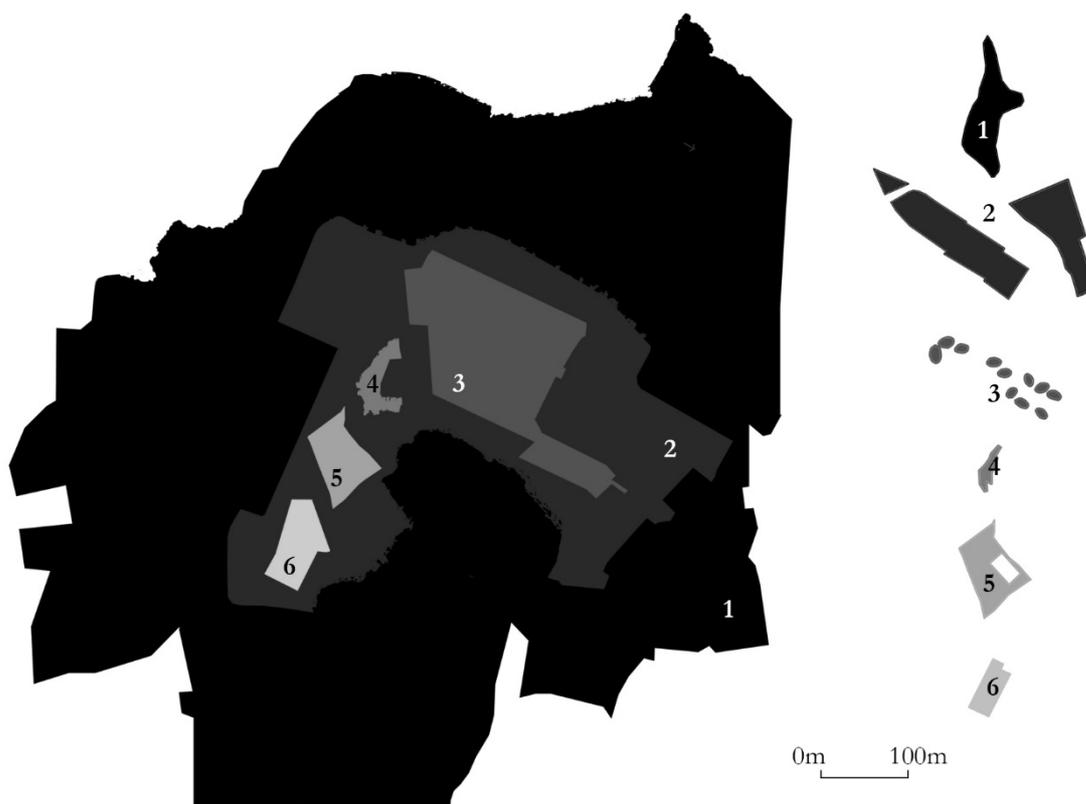


Fig. 2: Comparação entre as áreas totais e as áreas hortícolas dos casos de estudo

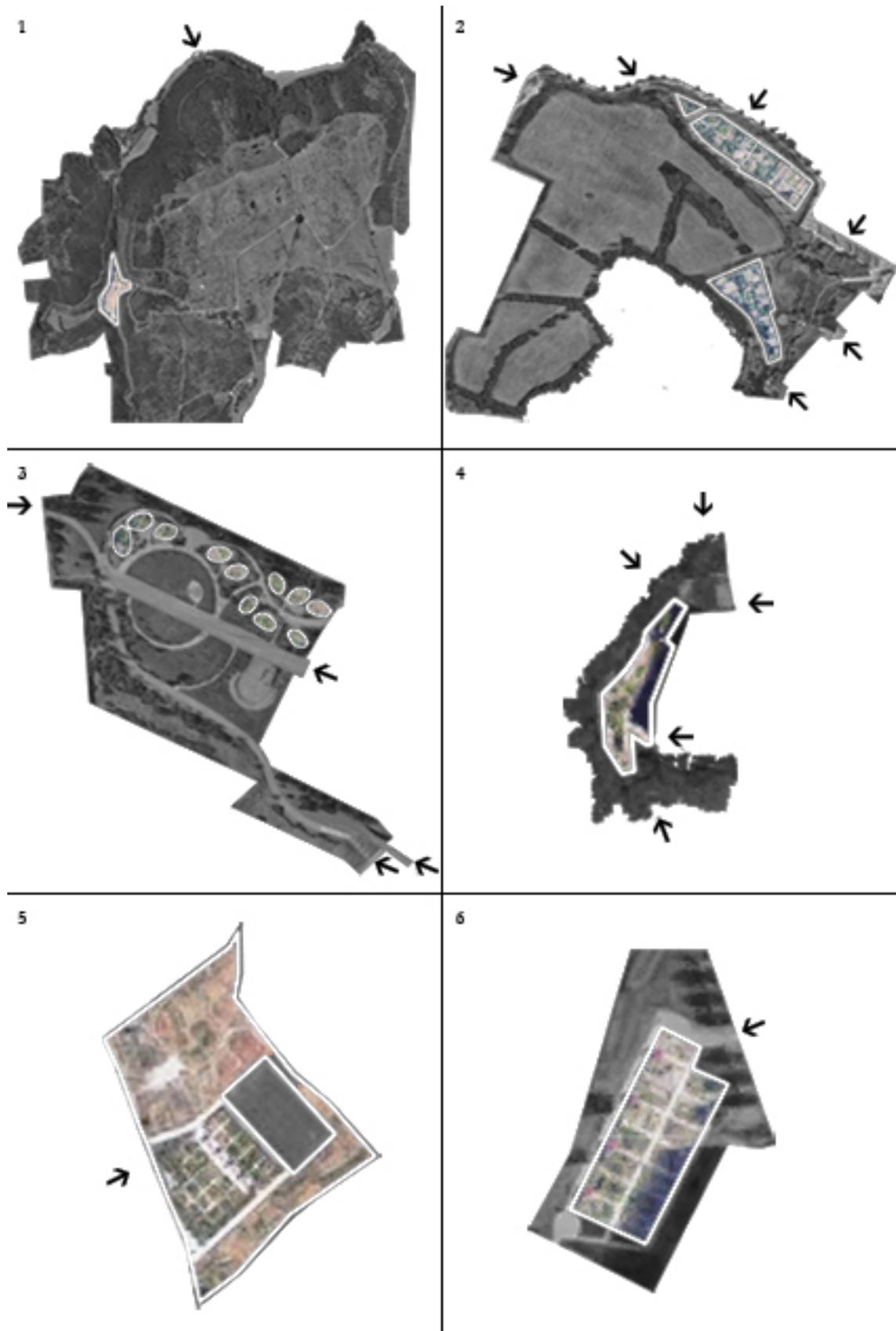


Tabela 3: Localização do espaço agrícola em relação ao equipamento em que se insere, ao espaço envolvente e aos seus acessos. As setas indicam os acessos ao espaço em estudo e o espaço hortícola encontra-se delimitado. Escala variável.

Questões a analisar

Tal como indicado na descrição da fase ‘Recolha de informações à escala local sobre as situações de AU’, as sucessivas análises realizadas puseram em evidência um conjunto de questões cujo estudo é intrínseco à compreensão das formas utilizadas pelos municípios nos espaços de AU. Neste trabalho optou-se por sintetizar as questões encontradas em cinco temas, a ‘Estratégia Municipal’; a ‘Forma e Produção’; o ‘Lazer’; a ‘Relação Visual e Dimensão Social’ e o ‘Envolvimento das CM’.

Estratégia Municipal

O primeiro tema a ser abordado foi a ‘Estratégia Municipal’ que se focou no modo como as situações de AU se inserem nos planos municipais de Estrutura Verde e de Qualificação de Solos. Este tema alude ao papel que cada solução de AU desempenha em ambas estratégias municipais e o que isso indica sobre as intenções dos municípios sobre os atuais e futuros projetos de AU na região de Lisboa.

Uma vez que, nos PDM da região da Grande Lisboa, os espaços agrícolas urbanos são associados a espaços verdes e de equipamentos (Mélice, 2018), optou-se por utilizar os documentos mencionados como base de análise por traduzirem cartograficamente as intenções que os municípios têm para cada uma dessas definições. Complementarmente, o PDM é uma ferramenta de ordenamento de território utilizada em todo o país e, por conseguinte, adota critérios semelhantes, mesmo em municípios com características muito diferentes entre si (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, n.d.).

Forma e Produção

No segundo tema avalia-se a relação entre as formas escolhidas pelas CM, especificamente no que concerne à forma como permitem explorar AU enquanto solução viável para alimentar a cidade, bem como se tal feito é inviável ou pouco explorado pelos municípios.

Lazer

Aqui analisa-se a propensão das Câmaras em associar espaços de AU a questões de lazer e quais as suas consequências formais e de usos.

Relação Visual e Dimensão Social

Neste tema explora-se a relação visual que os espaços agrícolas têm, ou não, com o tecido urbano e procura-se identificar como esta afeta o comportamento das pessoas que utilizam esses mesmos espaços. Complementarmente, aborda-se o impacto que estes espaços poderão ter a nível cultural.

Envolvimento das CM

Por último, este tema irá abordar o modo como as soluções formais mais frequentemente utilizadas pelas Câmaras correm o risco de ser exclusivas para certos grupos sociais e culturais.

Os temas não se relacionam com todas as situações de AU estudadas, ou providenciam o mesmo tipo de respostas. Porém, é através das diferenças nas abordagens que se tornam claras as intenções por detrás das formas utilizadas e as suas consequências.

Observações

Estratégia Municipal

Ao comparar Lisboa e Cascais foi possível compreender como a classificação de espaço urbano se torna extremamente relevante para a AU a nível de planeamento. Enquanto Cascais divide a sua Estrutura Ecológica entre espaço Fundamental, Complementar e Urbano, toda a área de Lisboa é considerada urbana, possibilitando uma maior especificação dos vários componentes ambientais.

Assim sendo, os casos de Lisboa inserem-se, na sua maioria, em mais do que uma categoria da Estrutura Ambiental, revelando ser parte integrante desta. Pelo contrário, em Cascais apenas metade dos casos fazem parte da Estrutura Ecológica e desses apenas dois não integram a categoria Urbana.

Em relação à Qualificação de Solos, tanto em Cascais como em Lisboa os casos inserem-se em três zonas, Espaços Residenciais, Espaços de Equipamentos e Espaços Verdes de Recreio e Produção. Aqui excluem-se quatro casos de Cascais, três inseridos em zonas rurais e um inserido numa zona estratégica.

Todavia, enquanto neste município a grande maioria se encontra em Espaços Residenciais, seguidos pelos Espaços de Equipamentos e pelos Espaços Verdes de Recreio e Produção, respetivamente, em Lisboa a maioria encontra-se em Espaços Verdes de Recreio e Produção, seguidos pelos Espaços Residenciais e, por fim, pelos Espaços de Equipamentos.

Salienta-se ainda que, em Cascais, existem dois casos de Hortas Comunitárias integradas na Estrutura Ecológica Urbana, mas implantadas em solos qualificados como rurais.

Consequentemente, a nível municipal parece que Lisboa tem um maior interesse em aplicar AU nos seus equipamentos de lazer e recreio, exigindo uma maior dimensão, mas beneficiando da notoriedade dos equipamentos de lazer pré-existentes para promover a atividade agrícola.

Por outro lado, Cascais aparenta ter um maior interesse em oferecer a AU como parte integrante de cada conjunto habitacional, requerendo uma escala menor, mas reduzindo a oferta a nível de funções, o que, por sua vez, poderá reduzir a divulgação destes novos espaços a determinados grupos populacionais.

Forma e Produção

Na transição de uma escala mais abrangente para uma mais reduzida foram, necessárias sucessivas esquematizações do material investigado para sintetizar a informação existente e reconhecer as formas fundamentais utilizadas pelos municípios.

Após a análise realizada a todos os casos de AU ativos em Lisboa e Cascais, tornou-se claro que a tipologia preferida pelas CM é de Desenho ortogonal, seguida pelo Desenho adaptado ao terreno e, por fim, o Desenho de formas ovais e circulares.

Poder-se-ia argumentar que esta decisão formal foi tomada de modo a maximizar o espaço produtivo, contudo, uma vez que apenas cinco de trinta e três casos analisados utilizam todo o espaço não edificado disponível¹, levantam-se questões sobre os fundamentos por detrás desta escolha.

Distingue-se o caso da Horta da Quinta do Pisão. Esta encontra-se num equipamento de lazer, afastada das outras atividades devido à escala da Quinta e às características do solo. Este caso responde simultaneamente a questões de produtividade e de lazer, mas fá-lo na periferia do espaço urbano, levantando assim questões da viabilidade da AU como resposta para alimentar a cidade em oposição a ser utilizada apenas como espaço de lazer.

Por outro lado, existe o caso da Quinta da Granja cujas dimensões a tornam apta a ser utilizada como fonte alimentar para a cidade a uma escala muito maior do que a utilizada neste momento [Fig. 1]. Contudo, a CM de Lisboa contentou-se em utilizar uma pequena fração deste espaço e dedicou-o maioritariamente ao lazer. Apesar deste ser o uso proposto por Gonçalo Ribeiro Telles no seu Plano Verde de Lisboa, criado em 1998 e parte constituinte do PDM de 1994, apenas uma pequena parte da Quinta é utilizada com este propósito, deixando a restante área inutilizada (Telles, 1998). Assim sendo, questiona-se se os municípios estão a explorar a AU a todo o seu potencial.

Porém, o caso das Eco-hortas de Boavista distingue-se pelo seu uso agrícola em todo o lote disponível, através de um desenho retangular. Aqui, a ausência de espaços de descanso, indica uma preferência pela produtividade em prol do lazer. Contudo, ressalta-se que esta intervenção foi realizada em parceria com a Agência de Energia e Ambiente de Lisboa no âmbito do programa “Eco-Bairro Boavista Ambiente+ Um Modelo Integrado de Inovação sustentável”, diferenciando-a das restantes intervenções pelos princípios em que se baseou (Agência de Energia e Ambiente de Lisboa, n.d.).

Lazer

No extremo oposto encontram-se casos em que os espaços de lazer se relacionam mais diretamente com o espaço produtivo, como o Parque Hortícola do Jardim da Amnistia Internacional, onde o

¹ Não contando com o caso do Parque Hortícola da Quinta da Bela-Flor, sobre a qual não foi possível encontrar informação sobre a sua forma.

Desenho de formas ovais e circulares utilizado na zona agrícola reduziu visivelmente a área produtiva disponível, mas introduziu várias zonas de estar entre esta.

Ressalta-se também o caso das Hortas Comunitárias da Marquesa do Cadaval, onde é possível encontrar pequenos espaços de paragem entre os talhões da Horta, criando uma maior relação entre os hortelãos e a atividade agrícola e os ocasionais transeuntes. As reduzidas dimensões deste caso de estudo específico confirmam a preferência da CM de Cascais de relacionar espaços agrícolas com espaços de lazer, todavia não asseguram a intenção de criar uma relação de proximidade entre as duas.

Dimensão Social e Relação Visual

Verificou-se ainda que a introdução de espaços de convívio em espaços agrícolas urbanos pode ter consequências positivas a nível social. Salienta-se o caso da Horta Comunitária do Bairro da Adroana, onde o modo como as zonas de convívio são desenhadas permitiu que a Horta se tornasse um ponto de convívio para o bairro. Em adição, a atividade agrícola potenciou a troca de culturas entre os residentes portugueses e estrangeiros. O impacto comunitário foi de tal dimensão que esta horta se tornou a primeira em Cascais a ser gerida por uma Associação de moradores (Câmara Municipal de Cascais, 2015).

Os laços comunitários criados entre os residentes deste bairro tornaram-se tão fortes que um dos hortelãos expressou alguma tolerância para com o desaparecimento ocasional de alguns alimentos por ele produzidos.

Esta situação está em contraste direto com o caso do Parque Hortícola da Quinta da Granja. Um dos seus dois conjuntos de talhões encontra-se bloqueado visualmente por um muro coberto com vegetação e por uma avenida a uma cota superior, o que levou a vários assaltos de alimentos. Os hortelãos sentiram-se incomodados o suficiente para a CM ter de colocar vedações e promover a plantação de arbustos perto destas, de modo a evitar mais furtos (Carvalho, n.d.).

A disparidade entre estas duas situações revela conceitos completamente diferentes de ‘Talhão’. Enquanto que na Quinta da Granja a população age como se estas parcelas hortícolas fossem lotes individuais, a população do Bairro da Adroana trata-os como um equipamento comunitário. Uma vez que ambos os casos seguem a tipologia de Desenho retangular, a introdução de espaços de convívio entre o espaço agrícola e a relação visual com o espaço urbano próximo surgem como elementos cruciais para criar laços entre as comunidades e os espaços de AU.

Especialmente porque a AU fornece um espaço de, utilizando uma expressão de Marina Chang como citado por Yves Cabannes e Isabel Raposo, “expressão cultural” (Cabannes & Raposo, 2013). Emigrantes de zonas rurais, sejam portuguesas ou estrangeiras, encontram na AU um meio de expressar o conhecimento e a cultura agrícola com que eles cresceram. Assim sendo, para além de satisfazerem a sua própria necessidade de manter o contacto com a sua cultura, também asseguram a propagação do seu conhecimento agrícola tradicional, presentemente ameaçado pelo uso excessivo de técnicas industriais.

Envolvimento da CM

Assim sendo, o envolvimento das CM, apesar dos seus contributos a nível de acesso a água e conhecimento agrícola, pode ter consequências culturais negativas. Tanto no caso da Quinta da Granja como no caso do bairro da Adroana as hortas desenhadas pelos municípios surgiram sobre hortas de génese espontânea, substituindo o seu desenho informal, e possivelmente relevante de um ponto de vista cultural, por uma malha retangular.

Aliás, o desenho retangular tem como consequência a uniformidade de talhões que, por sua vez, apesar de ser igualitária na área agrícola que oferece, pressupõe condições semelhantes para todos os hortelãos. Para que a AU não seja tomada como uma moda passageira é necessário introduzi-la no quotidiano de várias pessoas e o melhor modo de o fazer é diversificar a sua oferta de modo a se poder adequar a um grupo heterogéneo de utentes.

Conclusão

O presente trabalho pretendeu contribuir para o estudo das formas urbanas do sistema alimentar, especificamente a sua fase de produção, de modo a avaliar de que forma estes espaços têm sido enquadrados no espaço urbano pelas CM.

Ao nível municipal verificou-se que as Câmaras não adotam uma estratégia comum para com estes espaços. Cascais aparenta utilizar espaços de AU enquanto equipamento de bairro, direcionado a zonas residenciais e, por conseguinte, não está estritamente relacionada com a Estrutura Ecológica. Pelo contrário, Lisboa optou por empregar espaços de AU como equipamentos de lazer em zonas de recreio e produção que, na sua maioria, fazem parte integrante da Estrutura Ecológica.

Contudo, é evidente o foco que, tanto uma Câmara como a outra, têm pela questão do Lazer sobre qualquer outra, independentemente das soluções formais utilizadas. As áreas hortícolas surgem, na sua esmagadora maioria, como hortas comunitárias divididas ortogonalmente em talhões de, em média, 32,4 m² e, quando não estão associadas a um equipamento de lazer maior, como um parque urbano ou jardim, são desenhadas com pequenos espaços de estar.

Todavia, um espaço de lazer pressupõe a sua utilização por um grupo de pessoas diverso, fator a que a monotonia de soluções oferecida pelos municípios não responde. Por exemplo, o desenho dos talhões ao nível do chão impossibilita o seu uso por parte de pessoas com mobilidade reduzida. Ademais, ao desenhar todos os talhões com dimensões relativamente elevadas, elimina-se a possibilidade de introduzir gerações mais novas, que geralmente não dispõem de muito tempo para cuidar de espaços tão grandes.

Em adição, as CM frequentemente aplicam as soluções formais de espaços agrícolas sobre hortas espontâneas pré-existentes, eliminando o desenho informal prévio e, conseqüentemente, qualquer relação com o local que a comunidade hortícola poderia ter criado através dos espaços agrícolas. Com isto não se quer desprezar as vantagens introduzidas, como por exemplo o acesso facilitado a água.

Contudo, leva-nos a questionar se os municípios encaram as hortas espontâneas como uma má apropriação do terreno, resultando no seu uso da AU como uma ferramenta de correção visual da paisagem.

Conclusivamente, deduz-se que as CM de Lisboa e Cascais estão apenas a aplicar a AU na sua dimensão recreativa ou como meio de controlo visual do espaço físico, desprezando muito do seu potencial, nomeadamente em relação à sua capacidade de alimentar a cidade e de ser utilizada como meio de expressão cultural.

É necessária a experimentação com outros usos para lá das hortas comunitárias, como no caso da Quinta do Pisão, e a aplicação de diferentes soluções formais para possibilitar a exploração da AU a outros níveis e perceber o seu verdadeiro potencial no espaço urbano português.

Finalmente, salienta-se que este trabalho colocou certas restrições sobre os espaços estudados, nomeadamente no número de municípios analisados e no seu foco em casos desenhados por CM, que reduziram a diversidade de situações de AU analisadas. Sugere-se que uma futura investigação noutros locais e sobre soluções informais poderia contribuir para uma melhor compreensão sobre formas de AU e o seu impacto no espaço urbano contemporâneo.

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer a todos os hortelãos que disponibilizaram o seu tempo para explicar como funcionam as suas hortas.

Referências

Todas as fotos aéreas foram obtidas através do Google Maps e alteradas pelas autoras. As fotos das hortas são da autoria das mesmas.

- Agência de Energia e Ambiente de Lisboa. (n.d.). Eco-Bairro – Boavista Ambiente + – Lisboa E-Nova – Agência de Energia-Ambiente de Lisboa. Retrieved May 9, 2018, from <http://lisboanova.org/wp/eco-bairro-boavista-ambiente/>
- Cabannes, Y., & Raposo, I. (2013). Peri-urban agriculture, social inclusion of migrant population and Right to the City: Practices in Lisbon and London. *City*, 17(2), 235–250. <https://doi.org/10.1080/13604813.2013.765652>
- Câmara Municipal de Cascais. (2015). Cascais Ambiente. Retrieved January 10, 2018, from <http://www.cascaisambiente.pt/pt>
- Câmara Municipal de Lisboa. Regulamento do Plano Director Municipal de Lisboa, Diário da República § (2012).
- Câmara Municipal de Lisboa. (2018). Sítio da Câmara Municipal de Lisboa: Parques Hortícolas Municipais. Retrieved January 10, 2018, from <http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/parques-horticolas-municipais>
- Carvalho, M. de. (n.d.). Hortas encantam Lisboa, apesar das pilhagens. Retrieved April 18, 2018, from <https://ocorvo.pt/hortas-encantam-lisboa-apesar-das-pilhagens-2/>
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo. (n.d.). Planos Directores Municipais - Ordenamento do Território - CCDR LVT. Retrieved February 11, 2018, from <http://www.ccdr-lvt.pt/pt/planos-directores-municipais/455.htm>
- COST. (2012). COST | Urban Allotment Gardens in European Cities - Future, Challenges and Lessons Learned. Retrieved January 10, 2018, from http://www.cost.eu/COST_Actions/tud/TU1201
- EMAC - Empresa Municipal de Ambiente de Cascais. (2011). hortas de cascais. Retrieved May 3, 2018, from <http://hortasdecascais.org/conteudo.php?m=8>

PNUM2018: A Produção do Território: Formas, Processos, Desígnios.
Formas urbanas contemporâneas. O caso das hortas urbanas nos municípios de Cascais e Lisboa. Ana Mélice
et al

- Fischer-Kowalski, M. (1998). Society's metabolism: the intellectual history of material flow analysis, Part I, 1860-1970. *Journal of Industrial Ecology*, 2(1), 61–78. <https://doi.org/10.1162/jiec.1998.2.1.61>
- Marcus, L. H. (2017). Plot systems and property rights : morphological , juridical and economic aspects. In *Conference: XXIV International Seminar of Urban Form, At Valencia* (pp. 1–10). Retrieved from https://www.researchgate.net/publication/320110745_Plot_systems_and_property_rights_morphological_juridical_and_economic_aspects
- Mélice, A. (2018). *Produção Alimentar e o Espaço Urbano - Questões fundamentais no desenho de cidades portuguesas*. Lisboa. [Trabalho académico avaliado no âmbito da Unidade Curricular de Urbanismo Ecológico no curso de Arquitetura do ISCTE-IUL]
- Oikos. (2015). Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana. Retrieved from <http://www.anmp.pt/files/dpeas/2016/div/PactoMilao.pdf>
- Parham, S. (2015). Convivial Green Space. In *Food and Urbanism: The Convivial City and a Sustainable Future* (pp. 157–182). London: Bloomsbury Academic.
- Telles, G. R. (1998). *Plano Verde de Lisboa. Componente do Plano Director Municipal de Lisboa*. (Edições Colibri, Ed.). Lisboa.
- Vitiello, D., & Brinkley, C. (2014). The Hidden History of Food System Planning. *Journal of Planning History*, 13(2), 91–112. <https://doi.org/10.1177/1538513213507541>